

Congresso tem agenda cheia

SÔNIA CARNEIRO

BRASÍLIA — Uma pauta carregada de projetos importantes vai marcar a semana dos parlamentares, apesar do feriado de Finados, na quinta-feira. "Que ninguém pense em enforçar a pauta, por causa do feriado. A semana vai ser pesada", alerta o líder do governo no Congresso, Germano Rigotto (PMDB-RS).

Além da necessidade de mobilização para a prorrogação do Fundo Social de Emergência, os líderes governistas estão com as atenções voltadas para três assuntos: a conclusão da votação da constitucionalidade da reforma administrativa, o projeto do imposto de renda da pessoa jurídica e o que institui a cobrança de contribuição previdenciária sobre o pró-labore — retirada mensal feita por diretores de empresas. "Tudo vai ser votado. Não temos medo de falta de quórum", disse Rigotto, referindo-se ao *feriadão*.

O projeto do imposto de renda das pessoas jurídicas será votado amanhã na Comissão de Finanças da Câmara. O parecer do deputado Antônio Kandir (PSDB-SP) mantém a essência da proposta do governo, que aumenta o imposto recolhido pelas empresas. O projeto reduz as alíquotas de contribuição, mas acaba com a maioria das deduções. As oposições são a favor, mas o PFL resiste.

Estabilidade — Na fase final da votação da constitucionalidade da reforma administrativa, o governo tentará aumentar para cinco anos o tempo para que os servidores possam adquirir a estabilidade — o chamado estágio probatório. A Comissão de Constituição e Justiça encerrará a votação da reforma administrativa e será criada a Comissão Especial. Pelo parecer do relator Prisco Viana (PPB-BA), o prazo é de apenas dois anos.

Outro ponto polêmico é o que prevê a incorporação de servidores federais aos quadros de pessoal dos estados. A proposta do governo pretende transferir 25 mil servidores, economizando R\$ 349 milhões na folha de pagamento.

Outra votação delicada, prevista para amanhã, é a do projeto do pró-labore, no plenário da Câmara. O projeto de lei complementar cria uma contribuição previdenciária de 25% sobre o total das remunerações pagas aos trabalhadores autônomos, avulsos e prestadores de serviço.

No Senado, as comissões também estão movimentadas. A Comissão de Constituição e Justiça é a que está com a pauta mais movimentada. Amanhã, vota o projeto que cria uma comissão permanente do Congresso para acompanhar a privatização das estatais. O senador Nei Suassuna (PMDB-PB) dará ainda parecer sobre o projeto que exige autorização do Congresso, para privatizar a Companhia Vale do Rio Doce. Também está na pauta o projeto para controlar as contas CC-5, (contas abertas para pessoas não residentes no país), que estavam sendo utilizadas irregularmente.

JORNAL DO BRASIL

30 JUL 1995